

A educação e o futuro

Délio Moreira*

No dia 6 de outubro, teve lugar, no auditório da reitoria da UCG, Universidade Católica de Goiás, um encontro de finalidade inédita. O objetivo do painel residiu em se analisar as propostas dos candidatos ao governo do Estado e posteriormente sugerir, ao candidato que viesse a tornar-se majoritário no segundo turno, uma despretensiosa agenda relativa a alguns tópicos relevantes para o futuro de Goiás.

Um dos assuntos tratados foi a Educação, muito embora esse tópico não tivesse recebido suficiente atenção nem na exposição nem no debate ocorrido no painel. No entanto, será de interesse para os leitores da Gazeta Mercantil tomarem conhecimento do que se tratou a respeito da Educação enquanto elemento indispensável para qualquer agenda do governo que assumirá em primeiro de janeiro de 1999.

Em primeiro lugar, a Educação foi tratada, durante a campanha eleitoral, por todos os candidatos ao Palácio das Esmeraldas, como sendo uma proposta destinada a atrair o eleitor mediante benefícios não educacionais que lhe trariam vantagens um tanto alheias à instrução propriamente dita. Assim, enviar o filho à escola traria vantagens adicionais à família e ao próprio estudante. Não se focalizou suficientemente o fato tão negativo de que a baixa escolaridade constitui uma situação aviltante para o indivíduo e que os responsáveis pela criança eram co-responsáveis por sua educação e por mandá-la à escola.

Nenhum dos candidatos majoritários quanto à chance de chegarem à governadoria do Estado apresentou, ao menos no horário eleitoral gratuito, qual seria o sistema de ensino ou o sistema de apoio pedagógico que o estudante teria para freqüentar a escola. Por exemplo, existem escolas para excepcionais. Um exemplo mais concreto: a escola da APAE, no bairro Jardim Goiás, na capital. Em especial no horário de saída dos alunos, verifica-se um cenário um tanto triste e desumano: lá vão as crianças, acompanhadas de pais ou outras pessoas, caminhando até ao ponto de ônibus mais próximo, o qual está a uns 700 metros da escola da APAE. Muitas das crianças caminham com dificuldade, fato perfeitamente compreensível. Foram, crianças e acompanhantes, um grupo numeroso no local da parada do ônibus urbano. Por vezes se vêm cenas um tanto constrangedoras. Ao chegar um ônibus, excepcionais e acompanhantes entram pela porta de saída, uma vez que têm o direito de viajarem gratuitamente. O ônibus demora no ponto: há crianças que demandam muito tempo para embarcarem, em virtude da dificuldade de locomoção. Outras relutam em entrar e chegam a gritar ou ficar agitadas. Outras devem ser ajudadas pelos acompanhantes. Outras não conseguem escalar os degraus do coletivo. E assim, após minutos longos de espera, o ônibus zarpa. Por qual motivo não pode haver ônibus especiais para tais crianças, ônibus que as apanhem em casa e aí as entreguem no final do dia letivo, ônibus com pessoas habilitadas para lidarem com os anjinhos excepcionais e que os acompanhem tanto na ida como na volta? Por que há familiares de várias dessas crianças que não podem trabalhar pelo motivo de terem que estar disponíveis para acompanhá-las tanto na ida à escola como na volta?

Pois bem, nenhum candidato focalizou esses e outros casos similares. Trata-se de casos que deveriam receber tratamento diferenciado e muito mais humano. No entanto, nenhum dos acompanhantes, segundo um superficial e breve levantamento efetuado pelo CPE - Centro de Pesquisas Econômicas, do

ECO - Departamento de Economia, da UCG, sequer ouviu qualquer proposta de candidato para casos tais e para casos assemelhados. Os dividendos políticos seriam bem elevados.

Outro fator negativo foi notado por parte de uma fração mínima do eleitorado. No entanto, esse fato poderia ter-se transformado em possivelmente poderoso instrumento de promoção política. O Estado tem tido uma grande e desconcertante troca de secretários da Educação. O eleitorado já esperava, mesmo durante a campanha do primeiro turno, que não haveria continuidade nos programas educacionais prometidos pelos candidatos. Levantamento posterior confirmou esse posicionamento também antes do segundo turno. O eleitorado opinava que o cargo seria ocupado por alguém ligado ao apoio político conferido ao governador eleito. Seria um ocupante transiente, cuja permanência no cargo estaria subjugada aos ventos soprados pelos interesses e injunções políticas que sobreviessem.

Interessante foi que o eleitorado apresentou certa consciência de que o progresso do Estado de Goiás, e também do País, reside mais na qualidade da mão-de-obra e menos em incentivos fiscais que venham a comprometer as finanças e a arrecadação. Só poderemos absorver e, mais ainda, dominar suficientemente novas tecnologias com mudanças estruturais no cenário da educação em Goiás. Mas o eleitorado não viu, sequer nos dois candidatos que concorreram no segundo turno, perspectivas para tal mudança radical na política de Educação para o Estado.

O eleitorado desejava, ainda, que ao invés de se propalar enfaticamente que seriam construídas e ampliadas escolas, que houvesse um amplo programa que facilitasse que o aluno viesse a estudar na escola mais próxima de sua moradia.

Há a consciência de que isso não seria possível mediante matrícula somente em escolas públicas, mas que seria possível essa melhoria caso se ofertassem bolsas de estudos em escolas privadas.

O eleitorado goianiense acredita que o custo do aluno pode ser, nestas escolas, mais baixo que em escolas públicas.

A educação continuada deveria tornar-se prioridade. As escolas públicas tendem a inserir, no estudante, que o importante é terminar o primeiro grau, e que o segundo grau já é destinado para um segmento bem menor da comunidade.

O nível superior, por sua vez, é destinado para "ricos" ou para uma fração privilegiada da sociedade.

Nenhum dos candidatos, em sua campanha, procurou esclarecer o cidadão que iriam votar. E nem apresentou um programa realista, inovador para a Educação. Portanto, ao menos sob esse ponto de vista, a campanha eleitoral não foi educativa, em especial porque não apresentou a Educação nem como questão realmente prioritária nem de sobrevivência para a comunidade e para o cidadão, e nem que a Educação se tornou, na Europa, no Canadá e no primeiro mundo, um novo paradigma para se julgar eficiência de um governo e que, no Brasil, está se tornando também um paradigma idêntico.

Segundo a Unesco, o ser humano vive de seu trabalho, mas o faz inserido no contexto social representado pelos outros homens, porém mergulhado em ambiente competitivo no qual mais facilmente sobrevive aquele que cursou escola melhor cujo ensino e cuja preparação para a vida é de nível bem superior ao verificado em quase todas escolas estaduais e municipais de Goiás.

*Pesquisador do Centro de Pesquisas Econômicas, e docente do Departamento de Economia, da Universidade Católica de Goiás (UCG).